

POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM RONDON DO PARÁ

ROMÁRIO DOS SANTOS SILVA

MARCILENE FEITOSA ARAÚJO

GABRIEL MORAES DE OUTEIRO

Introdução

O Programa Bolsa Família (PBF) foi sancionado pela Lei nº 10.836/2004, com três eixos: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares, tendo no comando o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, objetivando a inclusão social das famílias em situação de miséria, com intuito de estimular avanços na saúde e educação e, por conseguinte, interromper o ciclo de pobreza nos segmentos sociais vulneráveis. O termo política social se refere a ações que designam o padrão de proteção social efetivado pelo Estado, em princípio, para redistribuição dos benefícios sociais.

Problema de Pesquisa e Objetivo

Como o Programa Bolsa Família no município de Rondon do Pará tem contribuído, na visão dos beneficiários, no acesso aos direitos sociais básicos? Verificar se as famílias buscam algum meio para mudar sua realidade no cenário da pobreza.

Fundamentação Teórica

A Política Social como parte desses elementos tem interferência sobre o processo de desenvolvimento devido sua diversidade de relações e dependências, estando ligadas no campo social, justiça, economia, potencializando o crescimento e a produção da nação, promovendo mudanças no aparato institucional ambiental. O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres em todo o território nacional, com suas dimensões principais na promoção do alívio imediato da pobreza, por meio do repasse financeiro.

Metodologia

Quanto à abordagem a pesquisa é quantitativa, se caracterizando por instrumentos estatísticos na coleta e no tratamento dos dados. Assim, o estudo realizado nesse trabalho foi de caráter descritivo. Para Gil (2010, p.27), a pesquisa descritiva tem como objetivo a descrição das características de determinada realidade. O presente trabalho foi caracterizado como estudo de caso. De acordo com o Relatório de Informações Sociais no mês de maio de 2020, havia 3.684 famílias. A amostra foi de 231 beneficiários, com um erro amostral de 5% e o nível de confiança de 95%.

Análise dos Resultados

Desde a sua fundação o PBF tem buscado priorizar as mulheres como sendo responsáveis familiares para o repasse financeiro. O desemprego entre os jovens vem sendo um dos maiores e mais sérios problemas que o mercado de trabalho mundial enfrenta nos dias atuais. Uma alimentação inapropriada acarreta várias consequências negativas desde a fome, queda de produtividade, até a obesidade e doenças cardiovasculares. É importante ressaltar que, de acordo com os resultados encontrados, observa-se que há famílias recebendo o programa sem ter perfil socioeconômico, o que prejudica quem realmente precisa.

Conclusão

Quando analisado o gráfico 5, percebe-se que 21,2% das famílias recebem ajuda de terceiros para suprir o quadro de vulnerabilidade da família. Neste cenário, confirmou-se a necessidade de criar meios eficazes de assistência e promoção social, principalmente com o agravamento da pandemia da covid-19 em Rondon do Pará, que elevou o nível de desemprego, fazendo com que a única renda para algumas famílias seja somente os benefícios sociais do Governo Federal. Os resultados demonstram no gráfico 8 que 93,8% das famílias não trabalham de carteira assinada, desta forma não garante direitos.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Julio Cesar; HABER, Melina Tostes. Controle jurídico das políticas públicas: uma análise a partir dos conceitos de eficácia, efetividade e eficiência. A&C-Revista de Direito Administrativo & Constitucional, v. 17, n. 70, p. 257-280, 2017. BELLINI, Maria Isabel Barros et al. Políticas públicas e intersetorialidade em debate. I Seminário Internacional sobre Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família. Anais... Porto Alegre, EDIPUCRS, 2013. CASTRO, Jorge Abrahão de. Política social e desenvolvimento no Brasil. Economia e Sociedade, v. 21, n. SPE, p. 1011-1042, 2012.

Palavras Chave

Programa Bolsa Família, Políticas Sociais, Constituição Federal

POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM RONDON DO PARÁ

PUBLIC POLICIES: AN ANALYSIS OF THE BOLSA FAMILIA PROGRAM IN RONDON DO PARÁ

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo verificar se as famílias buscam algum meio para mudar sua realidade no cenário da pobreza, buscando saber com essas têm procurado minimizar o quadro de pobreza da família. O Programa Bolsa Família é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres. Foi desenvolvido para unificar os programas pré-existentes do Governo FHC: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás, já no Governo Lula o Programa Cartão Alimentação. A unificação desses programas em um único programa social representou seu melhor controle e efetivação. A redemocratização do Brasil e a promulgação da Constituição Federal de 1988 foram fatos de grande importância para a reconfiguração do Estado e da sociedade no país. Em virtude disso, vê-se a necessidade de criar políticas sociais de transferência de renda com objetivo de remediar danos causados pelo o capitalismo que gera esta lacuna entre ricos e pobres. Assim, se questiona: Como o Programa Bolsa Família no município de Rondon do Pará tem contribuído, na visão dos beneficiários, no acesso aos direitos sociais básicos? Quanto à abordagem, o estudo se define como quantitativo. No que se refere aos procedimentos técnicos o estudo se define como estudo de caso. Como antecipação dos resultados destaca-se o problema da má alimentação enfrentada pelas pessoas de baixa renda, associado à falta de elementos nutritivos, ocasionam doenças que podem provocar sérios riscos de saúde. A pandemia atinge em grande escala a população que vive na informalidade e mora em áreas precárias.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; Políticas Sociais; Constituição Federal.

ABSTRACT

The present study aimed to verify if families seek some means to change their reality in the scenario of poverty, trying to find out how they have tried to minimize the family's poverty situation. The Bolsa Família Program is a conditional cash transfer program that benefits poor and extremely poor families. It was developed to unify the pre-existing programs of the Fernando Henrique Cardoso government: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação and Auxílio Gás. The unification of these programs into a single social program represented their better control and effectiveness. The re-democratization of Brazil and the promulgation of the 1988 Federal Constitution were facts of great importance for the reconfiguration of the State and society in the country. Because of this, we see the need to create social policies of income transfer aiming to remedy the damage caused by the capitalism that generates this gap between rich and poor. How has the Bolsa Família Program in the municipality of Rondon do Pará contributed, in the view of the beneficiaries, to the access to basic social rights? As for the approach, the study is defined as quantitative. In terms of technical procedures, the study is defined as a case study. As an anticipation of the results, the problem of poor nutrition faced by low-income people, associated with the lack of nutritional elements, causes diseases that can lead to serious health risks. The pandemic hits in a big way the population that lives informally and lives in precarious areas.

Keywords: Family Grant Program; Social Policies; Federal Constitution.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF) foi sancionado pela Lei nº 10.836/2004, com três eixos: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares, tendo no comando o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, objetivando a inclusão social das famílias em situação de miséria, com intuito de estimular avanços na saúde e educação e, por conseguinte, interromper o ciclo de pobreza nos segmentos sociais vulneráveis (SILVA et al., 2019).

Dessa forma, o PBF é a unificação dos programas de transferência de renda do Governo Federal sendo eles: Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Bolsa Escola e o Cartão Alimentação. A finalidade dessa união foi a diminuição dos gastos administrativos, através de uma gestão coordenada e integrada intersetorialmente, essa unificação foi um avanço, a centralização em um programa evita a fragmentação e permite maior entendimento aos órgãos públicos responsáveis pela implementação (FRANCHIKOSKI; CESCO, 2017).

As Políticas Sociais têm suas origens nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho no crescimento da primeira Revolução Industrial. O termo política social se refere a ações que designam o padrão de proteção social efetivado pelo Estado, em princípio, para redistribuição dos benefícios sociais, objetivando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico (HOFLING, 2001).

Assim, as Políticas Sociais concedem a garantia de condições e direitos dignos de vida ao cidadão de forma igualitária, assegurando à população o exercício do direito de cidadania, sendo compensatórias em detrimento do funcionamento da sociedade e das distorções do processo capitalista que discrimina e faz com que a distância entre ricos e pobres sejam maiores. Diante do exposto, as políticas sociais visam reduzir a pobreza e a exclusão social (MONTEIRO; CASTRO; BRANDÃO, 2017).

Desse modo, a promulgação da Constituição Federal de 1988 representou a regulamentação das funções do Estado diante dos cidadãos, fortalecendo as bases da democracia contando com a intervenção de um processo participativo no qual tiveram como figuras principais os movimentos sociais e populares, partidos políticos e categorias profissionais (DALCIN; KAUCHAKJE, 2015).

Diante disso, a Constituição Federal de 1988 no seu capítulo II Dos Direitos Sociais no art 6º, destaca que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

Neste sentido, a Constituição representou profundas mudanças nas demandas sociais que clamavam por participação na gestão pública. Popularmente conhecida também como “Constituição Cidadã”, a mesma instaurou elementos democráticos na gestão das políticas públicas e propôs um desenho baseado na descentralização, municipalização e participação da sociedade civil na gestão das políticas públicas (AGUIAR; CUNHA, 2017).

Em virtude disso, vê-se a necessidade de criar políticas sociais de transferência de renda com o objetivo de remediar danos causados pelo capitalismo que gera esta lacuna entre ricos e pobres. O Brasil sofre com a má distribuição de renda, em consequência do número de pessoas vivendo na linha da pobreza, apresentando alto índice de desemprego e analfabetismo (PIRES; LONGO, 2019). Diante disso, surgiu a motivação para a presente pesquisa, direcionada pela seguinte questão: *Como o Programa Bolsa Família no município de Rondon do Pará tem contribuído, na visão dos beneficiários, no acesso aos direitos sociais básicos?*

Nesse contexto, o estudo teve como objetivo verificar se as famílias buscam algum meio para mudar sua realidade no cenário da pobreza.

Assim, a discussão deste trabalho concentra-se inicialmente nas temáticas: Políticas Sociais e Programa Bolsa Família (PBF). A partir dessa reflexão teórica, parte-se para a apresentação dos

procedimentos metodológicos e a apresentação e análise dos resultados da pesquisa de campo, para que possa apresentar às considerações finais do estudo realizado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho apresenta uma revisão bibliográfica que aborda os temas: Políticas Sociais e Programa Bolsa Família.

2.1 Políticas Sociais

O termo Políticas Sociais é vago, com um conceito amplo, em suma todos os tipos de Políticas Públicas podem ser considerados, direta ou indiretamente como Políticas Sociais. Dessa forma, devem ser tratadas como um objetivo presente e permanente em todas as esferas do governo (CARVALHO, 2007; NUNES; OLIVEIRA, 2016).

Desse modo, a Política Social surge a partir do capitalismo, por meio das mobilizações das classes operárias decorrentes da Revolução Industrial no século XIX, sendo entendida como estratégia de intervenção do governo nas relações sociais no meio de produção, ou seja, relacionada a um processo de mediação entre interesses conflitivos (LÍCIO, 2013; SENNE, 2017).

Diante disso, o Estado tem influência nos elementos que compõem o processo de desenvolvimento de uma nação. A Política Social como parte desses elementos tem interferência sobre o processo de desenvolvimento devido sua diversidade de relações e dependências, estando ligadas no campo social, justiça, economia, potencializando o crescimento e a produção da nação, promovendo mudanças no aparato institucional ambiental (CASTRO, 2012).

Nesse aspecto, devido às consequências do avanço da industrialização e da urbanização que se expandia pelo o mundo, destacam-se as ações reivindicatórias dos trabalhadores em virtude dos descontentamentos e através das mobilizações, da pressão social e exigências diante do empresariado e do Estado. Nesse momento, os trabalhadores começavam a proclamar respostas frente às problemáticas sociais, representando assim uma ameaça à ordem estabelecida (MEDEIROS, 2013).

Aos poucos, as políticas sociais foram incorporadas em documentos normativos, como a Constituição Federal de 1934, além de uma nova legislação de cunho social, que passaram a ser promulgadas, como a Consolidação das Leis Trabalhistas, por meio do Decreto-Lei n.º 5.452/1943. Para implementar tais políticas eram necessários aparatos burocráticos e volume de recursos públicos, de forma que o Estado passa a regular e a influenciar diversos aspectos da vida social. Assim, consolida-se o estudo de políticas públicas, com origem nos Estados Unidos, com o pressuposto analítico de que a ação governamental pode ser formulada cientificamente e analisada por pesquisadores independentes (SOUZA, 2006). A análise da política pública desponta como forma de conciliar conhecimento científico com a produção empírica dos governos (LASWELL, 1936). Nesta seara, a análise da política é o exame do governo em ação para alcançar objetivos em relação a um determinado problema (GÖTTEMS, et al., 2009).

Já no Brasil, Peixoto e Arrais (2012, p.72), destacam a consolidação e importância da Constituição Federal de 1988 para o país, assim eles enfatizam:

A consolidação da Constituição de 1988 foi fruto da luta de vários movimentos sociais organizados, através do processo de redemocratização política no Brasil. Essa Constituição instituiu o conceito de Seguridade Social, reunindo as áreas da assistência social, saúde e previdência social. Prevê também um processo de descentralização e a das políticas sociais, através da instituição dos Conselhos de Direitos em nível local, possibilitando a ampliação dos canais de participação popular na elaboração, fiscalização e gestão das políticas públicas.

Assim, a redemocratização do Brasil e a promulgação da Constituição Federal de 1988 foram fatos de grande importância para a reconfiguração do Estado e da sociedade no país. Dentre as causas desses movimentos destacam-se a mobilização social com interesse de um Estado menos autoritário e indiferente, a crise de governança do Estado centralizador (OLIVEIRA; KEINERT, 2016).

Nesse sentido, a Constituição Federal realizou o projeto de democracia social que atendia aos anseios da sociedade. O desafio era promover a inclusão social e a redistribuição de renda, contando com o apoio da sociedade civil, diante das reivindicações sociais e da construção de sistemas de proteção social, de forma descentralizada e participativa com princípios básicos para a universalização da cidadania (CHAVES; GEHLEN, 2019).

2.2 Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres em todo o território nacional, com suas dimensões principais na promoção do alívio imediato da pobreza, por meio do repasse financeiro; o reforço dos direitos sociais, através das condicionalidades e a execução de outros programas sociais, como estratégia para situações de vulnerabilidades das famílias (ROCHA, 2018).

Assim, foi desenvolvido o PBF para unificar os programas pré-existentes do Governo FHC: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás, já no Governo Lula o Programa Cartão Alimentação. A unificação desses programas em um único programa social representou seu melhor controle e efetivação (FONSECA; ROQUETE, 2018).

É nesse aspecto que o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, sanciona a lei de criação do PBF em seu Art. 1º, da Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004:

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades.

Parágrafo único. O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastro Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001. (BRASIL, 2020).

O PBF foi instituído pela Medida Provisória nº 132, em outubro de 2003, transformada na Lei 10.836, em 9 de janeiro de 2004, atualmente é considerada a principal política pública de transferência de renda do Brasil. Ele foi criado através da unificação de quatro programas no Governo Lula, cujo objetivo era garantir uma cobertura nos 5.570 municípios brasileiros (SANTANA; DOURADO, 2018).

Sob esta ótica, o Programa Bolsa Família define-se como uma política social de transferência imediata de renda e tem efeito na eficácia da redução da fome, desnutrição infantil e pobreza, buscando diminuir a desigualdade social através do acesso dos beneficiários a renda, autonomia, poder de compra de forma a possibilitar melhor qualidade de vida a quem precisa (CAVALCANTE et al., 2016).

Dessa forma, o PBF tornou-se um dos maiores expoentes quando se trata da acessibilidade aos direitos sociais básicos, mediante a isso, os impactos positivos originados com a implantação do programa são descritos na literatura produzida dentro e fora do Brasil, por apresentar o repasse financeiro aos beneficiários (GUIMARÃES; SILVA, 2019).

Em virtude disso, vê-se a necessidade de criar políticas sociais de transferência de renda com o objetivo de remediar danos causados pelo o capitalismo que gera esta lacuna entre ricos e pobres. O Brasil sofre com a má distribuição de renda, em consequência do número de pessoas vivendo na extrema linha da pobreza, apresentando alto índice de desemprego e analfabetismo (PIRES; LONGO, 2019).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à abordagem a pesquisa é quantitativa, se caracterizando por instrumentos estatísticos na coleta e no tratamento dos dados, tendo a finalidade de medir as relações entre as variáveis. Portanto, procura medir e quantificar os resultados, elaborando dados estatísticos (ZANELLA, 2009).

Assim, o estudo realizado nesse trabalho foi de caráter descritivo. Para Gil (2010, p.27), a pesquisa descritiva tem como objetivo a descrição das características de determinada realidade.

O presente trabalho foi caracterizado como estudo de caso e tem como objeto a ser estudado o município de Rondon do Pará. O estudo de caso consiste no estudo de poucos objetos permitindo o conhecimento amplo e detalhado de determinado fenômeno, a fim de propiciar a visão do problema e de identificar os fatores que influenciam ou são por ele influenciados (GIL, 2010).

O universo desta pesquisa foi definido pela quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família em Rondon do Pará. De acordo com o Relatório de Informações Sociais no mês de maio de 2020, havia 3.684 famílias. A amostra foi de 231 beneficiários, com um erro amostral de 5% e o nível de confiança de 95%. Para calcular a amostra definida no estudo, usou-se a calculadora amostral.

Sob este ponto, a coleta dos dados se deu por meio da aplicação via Google Forms com beneficiários do Programa Bolsa Família. Foram aplicados 231 formulários estruturados, composto por 12 questões no período de janeiro a março de 2021. Para tratamento dos dados utilizou-se o Microsoft Office Excel.

Considerando-se que o PBF tem como objetivo, superação da situação de vulnerabilidade e pobreza das famílias atendidas, com a promoção de direitos sociais, às questões buscaram identificar o perfil dos beneficiários (gênero, idade, quantidade de filhos, os membros da família mantêm uma alimentação regular, recebimento de outro benefício social além do Bolsa Família, melhoria de vida após o Bolsa Família, trabalha com carteira assinada, trabalha por conta própria, renda, membros da família trabalha e composição da renda familiar).

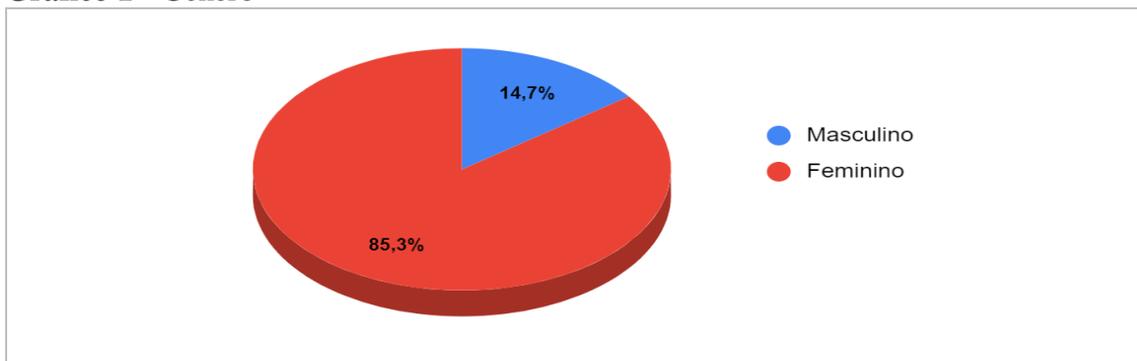
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A proposta deste capítulo é identificar e discutir os resultados da pesquisa de campo. Neste sentido, foram apresentados e analisados os dados coletados de acordo com os pressupostos teóricos e os procedimentos metodológicos definidos para a pesquisa. Destaca-se ainda que, os dados da pesquisa foram explorados para responder ao objetivo geral do estudo: verificar se as famílias buscam algum meio para mudar sua realidade no cenário da pobreza, buscando saber como essas têm procurado minimizar o quadro de pobreza da família.

Com a aplicação do formulário, constatou-se que 59,7% das famílias beneficiárias não tem membros da família que trabalham. Quando questionados sobre a composição da renda familiar, 46,8% dos entrevistados responderam que tem a renda composta por trabalhos informais e o Bolsa Família. No entanto, 32% dos beneficiários afirmaram que o Bolsa Família é a única renda para sobrevivência da família.

Desde a sua fundação o PBF tem buscado priorizar as mulheres como sendo responsáveis familiares para o repasse financeiro (SANTOS, 2017), fato comprovado ao observarmos o Gráfico 1.

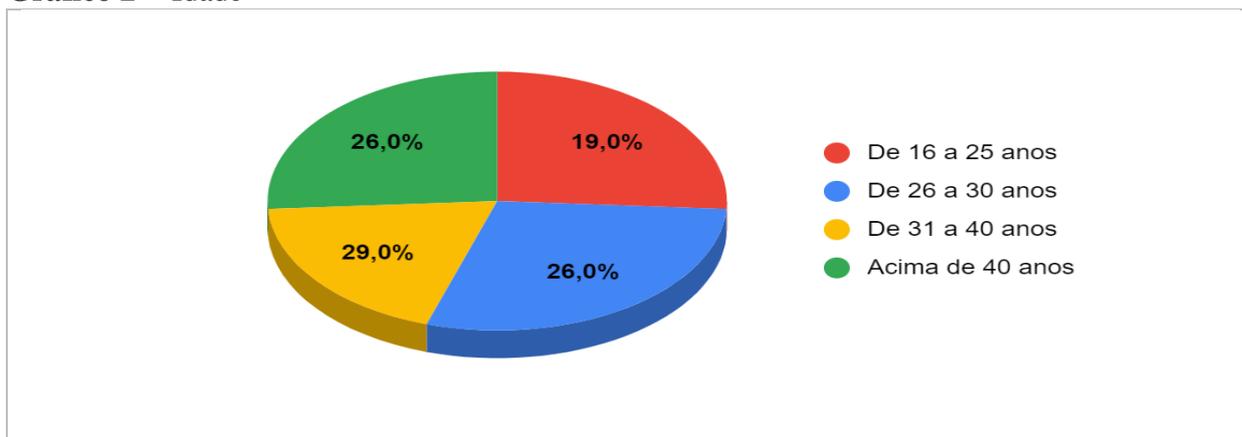
Gráfico 1 - Gênero



Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa (2021).

Percebeu-se que mais de 85% dos beneficiários pesquisados são representados pelo gênero feminino. Nesse contexto, nota-se que as mulheres são priorizadas pelo Governo Federal em virtude delas serem as responsáveis pelo cumprimento das condicionalidades e o compromisso de manter a família nos critérios de elegibilidade para ter direito ao benefício disponibilizado (FONSECA; ROQUETE, 2018).

Gráfico 2 - Idade



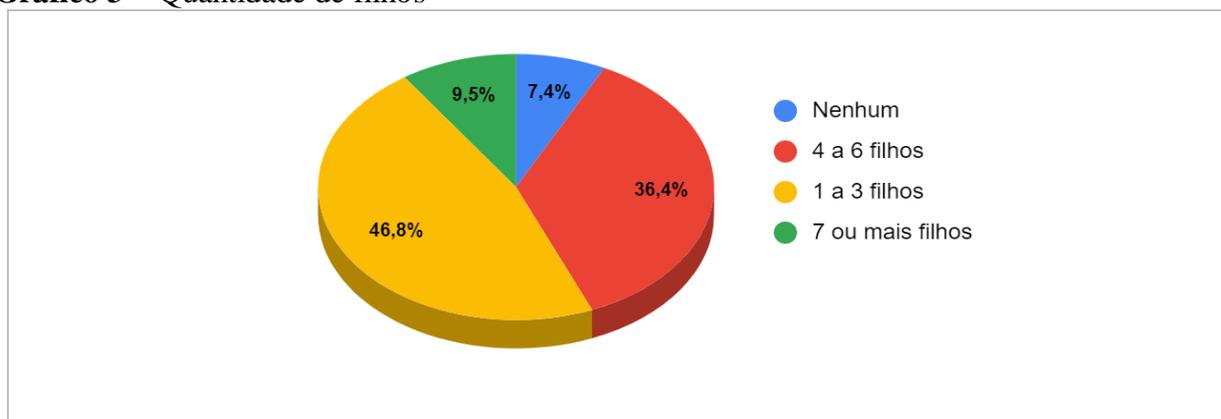
Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa (2021).

O desemprego entre os jovens vem sendo um dos maiores e mais sérios problemas que o mercado de trabalho mundial enfrenta nos dias atuais. As causas prováveis para a realidade enfrentada pelos jovens no mercado de trabalho pode está realacionada com a falta de escolaridade, baixos rendimentos, informalidade, precarização, proteção social, rotatividade, inserção precoce e precária no mercado de trabalho, dentre outros (GONÇALVES, 2020).

Assim, diante do cenário nacional, destaca-se a realidade local, em que 55% dos beneficiários encontram-se na faixa etária apta ao trabalho que é dos 26 aos 40 anos. Percebe-se ainda que 45% dos entrevistados são jovens entre 16 e 30 anos, o que evidencia a falta de oportunidade de emprego no município e na região, expondo a falta de expectativas de entrada desses jovens no mercado de trabalho e a dependência de programas sociais para sobreviver.

Nota-se que cada vez mais, os jovens residentes no município estão sendo pais mais cedo. O Gráfico 3, expõe a quantidade de filhos por família beneficiária no programa.

Gráfico 3 - Quantidade de filhos



Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa (2021).

Percebeu-se no gráfico 3, que 46,8% dos beneficiários do programa afirmaram ter de 1 a 3 filhos. Outro dado interessante é que 36,4% dos pesquisados relataram ter de 4 a 6 filhos. A quantidade de filhos nesta situação específica pode trazer ao principal provedor da família uma série de dificuldades, dentre elas, destaca-se a dificuldade para profissionalizar-se, pois pode não sobrar recursos para cursos de aperfeiçoamento, assim como, para se ausentar do lar para estudar ou trabalhar, o que prejudica a renda familiar e a qualidade de vida da família.

Pode-se observar no gráfico 4 que 18,2% dos beneficiados não mantêm uma alimentação regular, ou seja, no município, é possível encontrar pessoas vivendo em extrema pobreza, inclusive passando fome. Segundo Sipioni et al., (2020, p. 4), destacam que, com a pandemia a fome cresceu mundialmente:

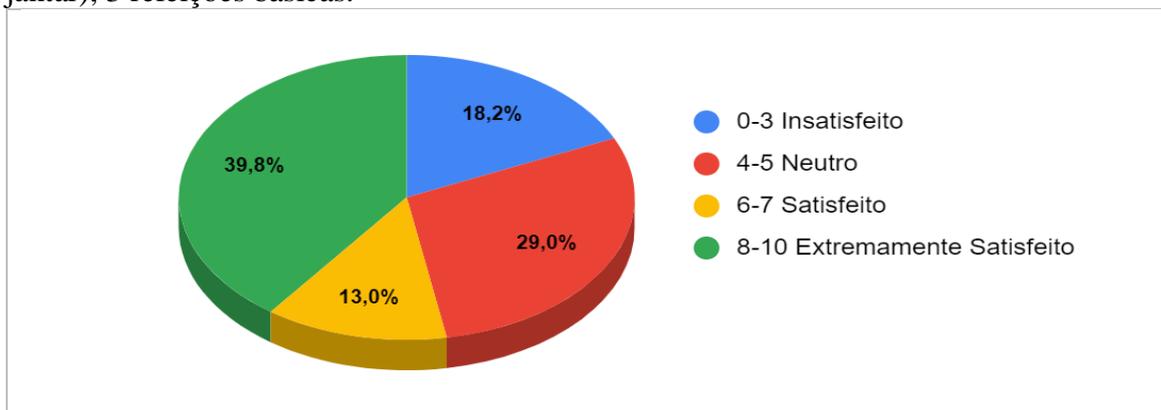
A eclosão da pandemia pelo novo coronavírus tem o potencial de revelar o modo de organização de uma sociedade e seus principais problemas, especialmente porque ela emerge num contexto em que mais de 820 milhões de pessoas sofrem de fome, correspondendo a cerca de uma em cada nove pessoas no mundo. A situação é mais alarmante na África, porém, na América Latina e no Caribe (ALC) as taxas de subnutrição vêm aumentando nos últimos anos. Com a combinação de níveis moderados e graves de insegurança alimentar, estima-se que cerca de dois bilhões de pessoas no mundo enfrentam reduções na quantidade de alimentos consumidos, ou seja, têm acesso irregular a alimentos nutritivos e suficientes e/ou, possivelmente, passam fome.

Desse modo, 18,2% das famílias não mantêm uma alimentação regular, ou seja, passam fome e estão em situação de miséria na conjuntura municipal, com as medidas de fechamento e isolamento, o problema cresceu significativamente, aumentando os níveis de doença por falta de uma alimentação equilibrada.

Uma alimentação inadequada acarreta várias consequências negativas desde a fome, queda de produtividade, até a obesidade e doenças cardiovasculares. O problema da má alimentação enfrentada pelas pessoas de baixa renda, associado à falta de elementos nutritivos, ocasionam doenças que podem provocar sérios riscos de saúde, como anemia, cegueira, hipertensão, colesterol alto, gastrite, osteoporose e impactos no crescimento e desenvolvimento das crianças (PEREDA; ALVES, 2012).

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do Coronavírus e pelo isolamento social, tendo uma consequente retração da atividade econômica, afetando o emprego e a renda em todos os países. Nesse sentido, no Brasil por meio do Governo Federal anunciou o plano denominado de Auxílio Emergencial para ajudar a população que foi prejudicada diretamente pelo o vírus (PONTE; BENEGAS, 2021).

Gráfico 4 - Os membros da família mantêm uma alimentação regular (café da manhã, almoço e jantar), 3 refeições básicas:



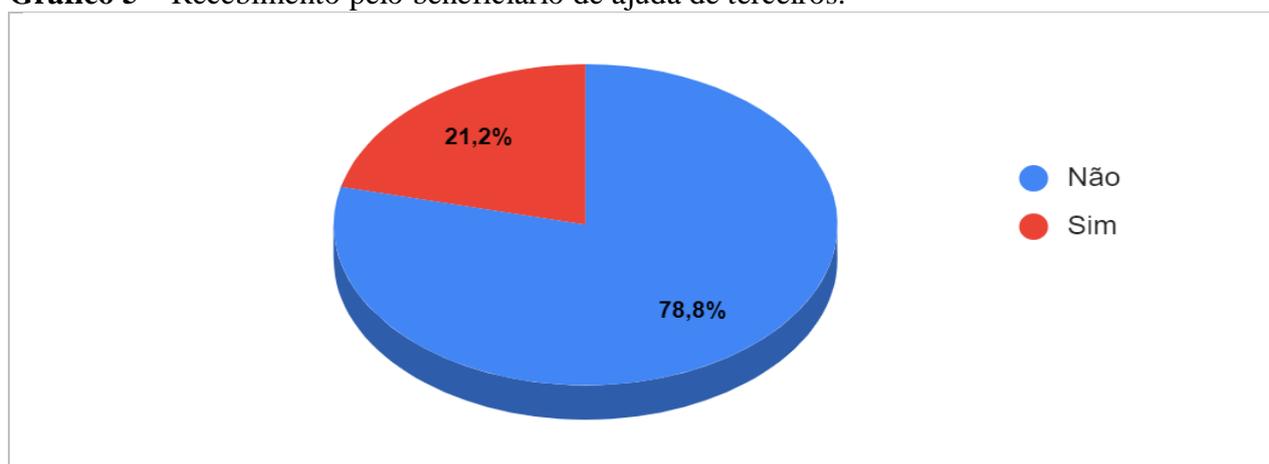
Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa (2021).

Nesse contexto, Oliveira (2021, p. 44) destaca a importância do auxílio emergencial:

Com isso, vemos a importância de o governo federal dar continuidade de um programa social, para as pessoas prejudicadas pela pandemia do Covid-19, pelo menos em quanto durar a pandemia, pois sem ter o fim da pandemia ainda haverá muito desemprego, pois as empresas estão longe de se recuperarem e terem condições para fazerem novas contratações. E é do governo o papel principal para assegurar os direitos básicos da população na situação que o país se encontra.

O auxílio emergencial foi criado em abril de 2020 pelo o Governo Federal para atender às pessoas vulneráveis que foram afetadas diretamente pela a pandemia da covid-19. Para os beneficiários do bolsa família, segue a regra do valor mais vantajoso, ou seja, receberá o bolsa família ou o auxílio emergencial de acordo com o final do número de inscrição social (NIS).

Gráfico 5 – Recebimento pelo beneficiário de ajuda de terceiros.



Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa (2021).

Na maioria das vezes, essas ajudas são feitas por meio da doação de alimentação, roupas e calçados.

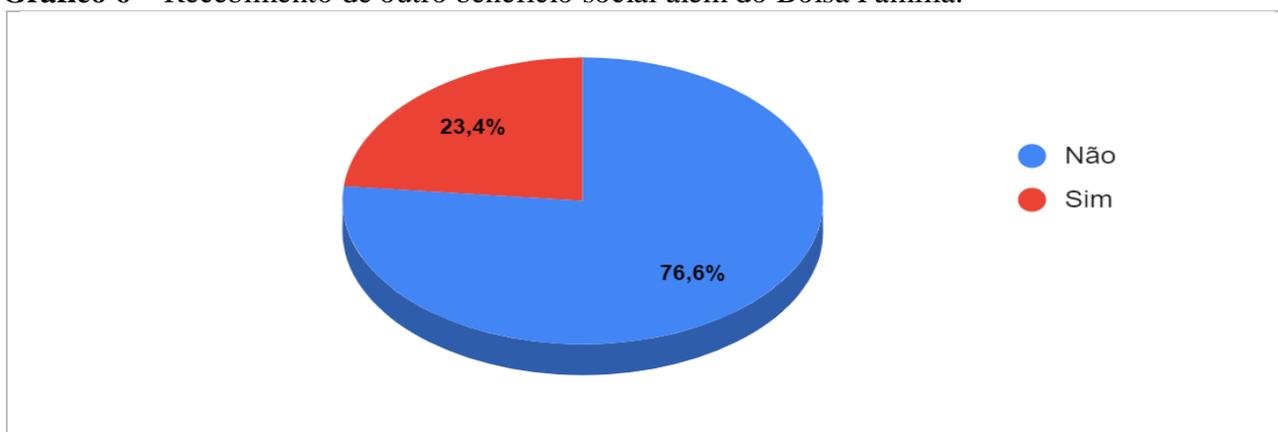
Além do PBF, é necessário por parte do Estado políticas que atuem na garantia de outros direitos, como emprego, moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, previdência social, transporte para a garantia de políticas públicas, conseguindo assim, não apenas minimizar as questões sociais

da pobreza e da fome, mas também proporcionar meios para a superação e saída das famílias deste quadro (BENIGNO; PEREIRA; CASTRO, 2020).

O Bolsa Família é um programa social que busca ajudar aos necessitados, no entanto, não é o único, em Rondon do Pará, os programas sociais mais utilizados são: Benefício de Prestação Continuada (BPC), Carteira do Idoso acima dos 60 anos, Identidade Jovem de 15 a 29 anos, Aposentadoria para pessoas de baixa renda, Programa Nacional de Reforma Agrária, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e Tarifa Social de Energia.

Quando questionados se recebiam outro benefício social, 76,6% dos beneficiários disseram que não, e apenas 23,4% afirmaram receber outro tipo de benefício, conforme ilustra o gráfico 6.

Gráfico 6 – Recebimento de outro benefício social além do Bolsa Família:

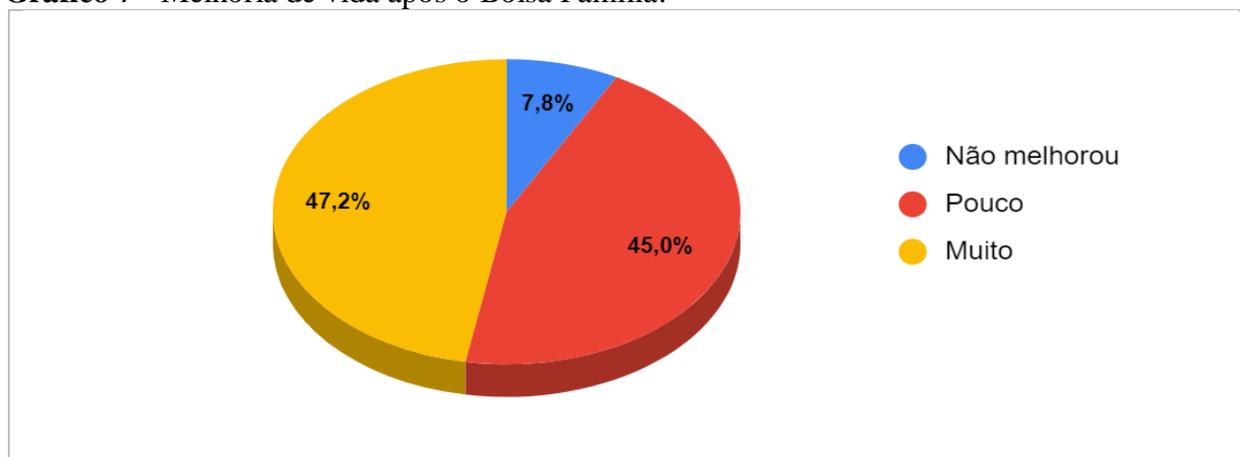


Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa (2021).

Pelos critérios de renda, automaticamente todas as famílias atendidas pelo PBF tem direito a tarifa social de energia. Nota-se que os programas sociais não são excludentes, e isso é positivo, pois uma pessoa que ganha o Bolsa Família pode ser beneficiado também com outros programas.

Os beneficiários do programa tem baixo nível de instrução, por essa razão não tem a informação de seus direitos, isso fica evidente no gráfico 6, quando 76,6% das famílias participa unicamente do PBF. Ao participarem dos programas sociais ofertados, as famílias exercem seus direitos de cidadania.

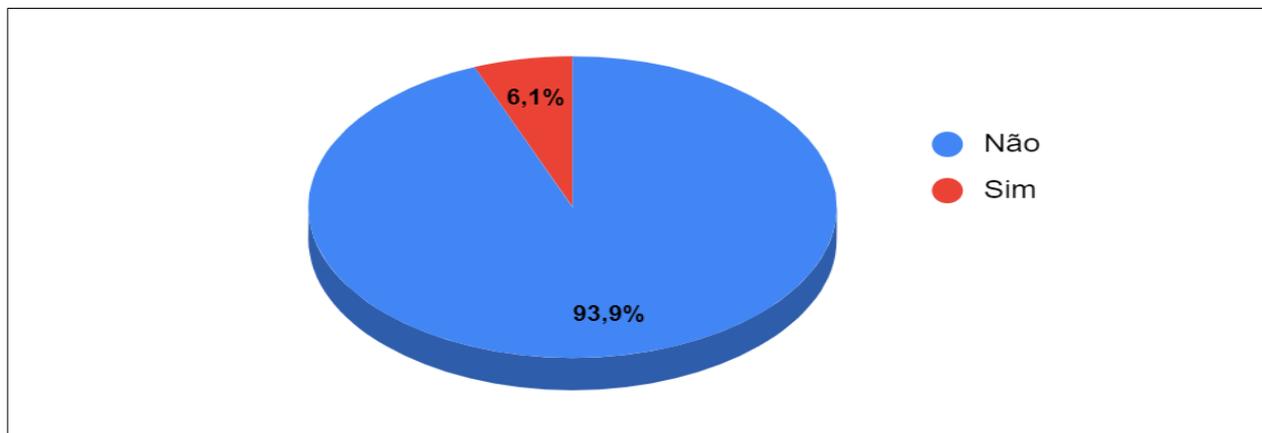
Gráfico 7 - Melhoria de vida após o Bolsa Família.



Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa (2021).

É importante ressaltar que, de acordo com os resultados encontrados, observa-se que há famílias recebendo o programa sem ter perfil socioeconômico, o que prejudica quem realmente precisa. Vale salientar ainda, que para essas famílias o benefício não terá a mesma relevância se comparado com aquelas famílias que realmente necessitam dessa ajuda para sobreviver.

Gráfico 8 - Trabalha com carteira assinada



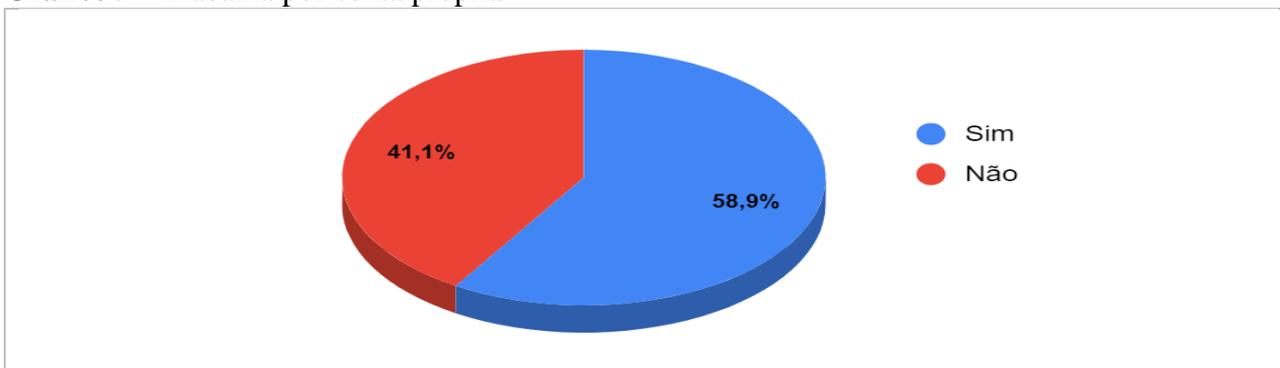
Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa (2021).

A pandemia atinge em grande escala a população que vive na informalidade e mora em áreas consideradas precárias dos municípios do país, ou seja, famílias que tem rendimento baixo e irregular, sem acesso a água potável, saúde, educação e moradia digna, foram os mais atingidos pela pandemia da Covid-19. (COSTA, 2020).

Observa-se que 93,9% dos beneficiários do Programa Bolsa Família não trabalham formalmente e que 6,1% trabalha com carteira assinada. A ideia do programa é atender pessoas em situação de vulnerabilidade social, sendo assim, pessoas com carteira assinada não deveriam ser beneficiadas, no entanto, existem famílias com grande número de membros e apenas um trabalhando formalmente, o que não atende a necessidade da família e permite o direito ao benefício.

Vale destacar que no município em estudo, os índices do desemprego é significativo, sendo agravado pelo fechamento do comércio, considerada principal fonte geradora de renda, devido a adoção de medidas de isolamento proposta pelo governo estadual e municipal em relação a pandemia da Covid-19. Tal situação acentuou ainda o número de desempregados e elevou o número de famílias em situação de vulnerabilidade, considerando que durante o isolamento muitas deixaram de praticar a atividade informal, fonte principal para o complemento da renda dessas famílias (VILANOVA, 2021).

Gráfico 9 - Trabalha por conta própria

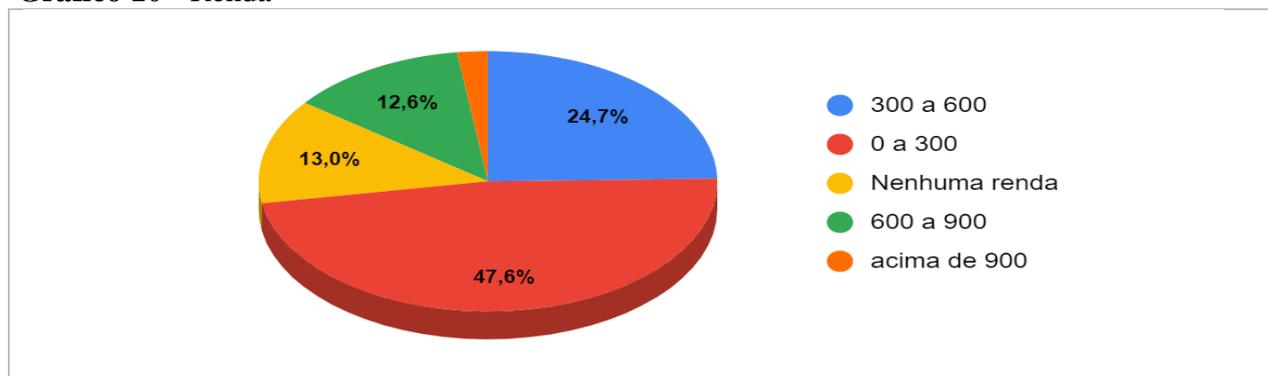


Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa (2021).

O trabalho por conta própria, significa a exclusão de uma parte do sistema de proteção social ligados a carteira de trabalho assinada, tais como: férias, 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o que impossibilita o trabalhador receber o seguro desemprego, licença maternidade e outros benefícios. Nesse aspecto, gera-se um grupo de trabalhadores informais desprotegidos por atuarem sem vínculos empregatícios (NERI; FONTES, 2010).

A pesquisa revelou que 58,9% dos beneficiários do PBF trabalham por conta própria, o que não lhes proporcionam nenhuma segurança caso venha ficar sem renda, como aconteceu com muitos trabalhadores informais no atual cenário pandêmico. Por outro lado, 41,1% recebem o benefício, mas tem renda formal, com direitos, segundo a lei trabalhista do país, férias, 13º salário, FGTS, seguro desemprego e licença maternidade, mas, ainda assim, são beneficiários do programa.

Gráfico 10 - Renda



Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa (2021).

No 4º trimestre de 2019, a taxa de desocupação no país era de 11%, com o agravamento da pandemia houve uma piora nas condições de trabalho em todo território nacional, assim, no 4º trimestre de 2020, a taxa de desocupação foi de 13,90%, o que corresponde cerca de 13,4 milhões de pessoas buscando oportunidade de emprego no país (BRASIL, 2021). Nesse cenário, 23,9% das famílias brasileiras em 2018, tinha uma renda mensal de R\$ 1.245,00 em média (SILVEIRA, 2019).

Diante disso, 47,6% das famílias atendidas têm uma renda mensal de R\$ 0 a 300, valor considerado baixo, se comparado à média do país. Enfatiza-se que o valor recebido pelo programa não entra na contagem da renda. Pelos os critérios de elegibilidade do PBF, muitas famílias beneficiárias em Rondon do Pará não têm perfil socioeconômico para receber o benefício, de acordo com o gráfico 8, 12,6% dos entrevistados mantêm a renda mensal da família de R\$ 600 a 900, 2,1% R\$ acima de 900. O programa visa atender as famílias em vulnerabilidade social, em contrapartida, os beneficiários omite informações para se encaixarem no perfil do programa.

Os dados mostram ainda que, 24,7% tem renda mensal de R\$ 300 a 600 e 13% dos beneficiários não tem nenhuma renda para suprir as necessidades da família. São vários fatores que levam as famílias a dependerem exclusivamente do PBF, principalmente em razão do aumento do desemprego, tendo em vista que quanto menor o nível de instrução das famílias, menor a chance de estar empregado e maior é sua participação nos programas sociais.

As Políticas Públicas são consideradas um conjunto de ações e programas elaborados para resolver as questões públicas, objetivando a redução das necessidades da sociedade por intermédio de ações da esfera pública. Com isso, constata-se que o PBF tem atingido um resultado positivo em Rondon do Pará. Nesse sentido, o PBF como uma política social de transferência de renda é o principal programa de combate a fome no país (BELLINE et al., 2013).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo verificar se as famílias buscam algum meio para mudar sua realidade no cenário da pobreza, buscando saber como essas têm procurado minimizar o quadro de pobreza da família. Evidenciou-se através da pesquisa de campo que às famílias estão procurando novos meios para mudar sua realidade no cenário da pobreza.

Quando analisado o gráfico 5, percebe-se que 21,2% das famílias recebem ajuda de terceiros para suprir o quadro de vulnerabilidade da família. Neste cenário, confirmou-se a necessidade de criar meios eficazes de assistência e promoção social, principalmente com o agravamento da pandemia da covid-19 em Rondon do Pará, que elevou o nível de desemprego, fazendo com que a única renda para algumas famílias seja somente os benefícios sociais do Governo Federal.

Com isso, os resultados demonstram no gráfico 8 que 93,8% das famílias não trabalham de carteira assinada, desta forma não garante direitos trabalhistas vigente no país. O gráfico 8, por sua vez, trata do trabalho informal, onde 41,1% trabalha por conta própria. Quanto a renda das famílias atendidas pelos os programas sociais, 47,6% detêm de uma renda de R\$ 0 a 300 reais, o que não garante as necessidades básicas dessas famílias.

Os dados do gráfico 8, mostraram que às famílias estão trabalhando formalmente. Com base nos resultados, a questão de pesquisa foi confirmada, comprovando-se que às famílias estão buscando meios para mudar o cenário da pobreza familiar.

5.1 Sugestões e Limitações

Uma das limitações do estudo foi aplicação dos formulários para as famílias atendidas. Devido o período de pandemia, buscou-se alternativas para evitar o contágio, dessa forma, a pesquisa foi aplicada via Google Forms.

Como proposta de pesquisas futuras e no objetivo de tratar as limitações do estudo, sugere-se a aplicação do formulário diretamente com o entrevistado, evitando assim, a dificuldade no entendimento das questões presentes do formulário de pesquisa. Sugere-se ainda, a realização de trabalhos comparativos entre os municípios paraenses.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Julio Cesar; HABER, Melina Tostes. Controle jurídico das políticas públicas: uma análise a partir dos conceitos de eficácia, efetividade e eficiência. **A&C-Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, v. 17, n. 70, p. 257-280, 2017.

BELLINI, Maria Isabel Barros et al. Políticas públicas e intersetorialidade em debate. I Seminário Internacional sobre Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família. **Anais...** Porto Alegre, EDIPUCRS, 2013.

BENIGNO, Luís Gustavo; PEREIRA, Maria Laura da Hora; CASTRO, Maina Ribeiro Pereira. Programa bolsa família como estratégia de erradicação da fome no brasil: **Uma revisão de literatura**. 2020.

BRASIL. Lei nº10.836, de 9 de janeiro de 2004. **Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm>. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. Relatórios de Informações Sociais. Disponível em:< <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#Vis%C3%A3o%20Geral>. > Acesso em: 21 abr. 2021.

BRASIL. Senado Federal. Título II Dos Direitos e Garantias Fundamentais. **Capítulo II Dos Direitos Sociais**. Disponível em:< senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_6_.asp>. Acesso em: 23 nov. de 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desocupação, 4º trimestre de 2020**. Disponível em:< <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>>. Acesso em: 22 mar. 2021
CARVALHO, Ailton Mota. Políticas sociais: afinal do que se trata?. Agenda Social. **Revista do PPGPS / UENF**. Campos dos Goytacazes, v.1 , n.3, set-dez/2007, p. 73-86, ISSN 1981-9862.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. SPE, p. 1011-1042, 2012.

CAVALCANTI, Daniella Medeiros et al. Impactos do Programa Bolsa Família na renda e na oferta de trabalho das famílias pobres: uma abordagem usando o efeito quantílico de tratamento. **Economia Aplicada**, v. 20, n. 2, p. 173, 2016.

CHAVES, Helena Lúcia Augusto; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes. Estado, políticas sociais e direitos sociais: descompasso do tempo atual. **Serviço Social & Sociedade**, n. 135, p. 290-307, 2019.

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 969-978, 2020.

DALCIN, Kellen C.; KAUCHAKJE, Samira. Processo de consolidação e normatização de políticas públicas no Brasil: estudo comparativo da implementação das políticas de Assistência Social e de Proteção e Defesa Civil.

FRANCHIKOSKI, Sandra Cristina; CESCO, Susana. Programa Bolsa Família: contribuições para o enfrentamento à pobreza. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2017.

FONSECA, Ana Maria Medeiros; ROQUETE, Claudio. Proteção Social e Programas de Transferência de Renda: Bolsa-Família. **Proteção social e transferência de renda**, 2018

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo. **Editora Atlas**. 5ª Edição.p.37.2010.

GONCALVES, Wagna Cardoso de Melo. Sobre o capital humano e ideologia nas políticas de mercado de trabalho para jovens no Brasil. **Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 30, n. 2, p. 279-290, 2021.

GUIMARÃES, Livia Marília Barbosa; SILVA, Sidney Jard da. I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Bolsa Família em perspectiva intersetorial. **Serviço Social & Sociedade**, n. 137, p. 74-94, 2020.

HOFLING, ELOISA DE et al. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedex**, 2001.

LÍCIO, Elaine Cristina. Contribuições do Programa Bolsa Família para a gestão das políticas sociais. **Revista do Serviço Público** Brasília 64 (3): 309-326 jul/set 2013.

MEDEIROS, Najara Sousa. Uma análise sobre as Políticas Sociais do Brasil e a “questão social” na contemporaneidade. **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**. 2013.

MONTEIRO NETO, Aristides Organizador; CASTRO, César Nunes de Organizador; BRANDÃO, Carlos Antonio Organizador. Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas. 2017.

NERI, M. C.; FONTES, Adriana. Informalidade e trabalho no Brasil: causas, consequências e caminhos de Políticas Públicas. Informalidade laboral na América Latina. **Cadernos Adenauer**. **XI**, n. 2, 2010.

NUNES, Marcos Paulo Rafael; OLIVEIRA, Leonel Gois Lima. Investigação da Gestão Local das Políticas Sociais de Três Rios-RJ. **Revista de Administração, Sociedade e Inovação**. v. 2, n. 2, pp. 106-117, jul./dez. 2016.

PEIXOTO, Socorro Letícia Fernandes; ARRAIS, Enéas. Políticas sociais públicas no capitalismo contemporâneo e a realidade brasileira. RAUnP-ISSN 1984-4204-Digital Object Identifier (DOI): [http://dx. doi. org/10.21714/raunp.](http://dx.doi.org/10.21714/raunp.), v. 4, n. 2, p. 68-74, 2012.

PEREDA, Paula Carvalho; ALVES, Denisard Cneio de Oliveira. Qualidade Alimentar Dos Brasileiros: Teoria E Evidência Usando Demanda Por Nutrientes. **Pesquisa e Planejamento econômico** | ppe | v. 42 | n. 2 | ago. 2012.

PIRES, André. Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, v. 21, n. 80, p. 513-531, 2013.

PIRES, Daniane Christie Alves; DE BARROS LONGO, Luciene Aparecida Ferreira. A implantação do Bolsa-Família e sua relação com a pobreza nas Regiões Brasileiras no período de 2004 e 2006. **Anais**, p. 1-20, 2019.

PONTE, Antônio Gevano Rios. BENEGAS, Terezinha Geisa Carneiro. AUXÍLIO EMERGENCIAL-IMPACTOS NA RENDA E NO ICMS. 2021. **Tese de Doutorado**. Universidade Federal do Ceará.

ROCHA, Estefani Clementino. Estudo sobre o Programa Bolsa Família: Análise das Condicionalidades de Educação e sua Interlocação com o Sistema Único de Assistência Social. **Humanidades em Perspectivas**, v. 3, n. 2, 2018

SANTANA, Lizanda Kelly de Araújo; DOURADO, Débora Coutinho Paschoal. A criação dos Programas de Transferência de Renda e a Precarização do Trabalho no século XXI: A emancipação dos beneficiários do Programa Bolsa Família é possível?. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, 2018.

OLIVEIRA, Andréia Carla Oliveira de. A importância do auxílio emergencial do governo federal na pandemia de Covid-19 e seus impactos sobre o desenvolvimento social e econômico no Rio Grande do Sul. 2021.

SANTOS, Simone Torres Gusmão. Programa Bolsa Família: uma análise regional da evolução dos indicadores da pobreza relativa no Brasil. 2017.

SENNE, Andressa de et al. Políticas sociais no Brasil: uma reflexão preliminar. 2017

SILVA, Larissa Maria do Nascimento et al. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SEUS REBATIMENTOS: UMA ANÁLISE À LUZ DA ESCOLA MUNICIPAL NAZINHA BARBOSA DA FRANCA. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019**.

SILVA, Virgílio César et al. A perspectiva sociocêntrica e a reconfiguração das principais políticas sociais após a constituição de 1988. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 10, n. 3, p. 1-15, 2016.

SILVEIRA, Whenny Hawlysson Araújo; DA SILVA, Alexandre Antônio Bruno. O Programa Bolsa Família: uma breve análise à luz da teoria dos direitos fundamentais. **Scientia Iuris**, v. 20, n. 3, p. 10-44, 2016.

SIPIONI, Marcelo Eliseu et al. Máscaras cobrem o rosto, a fome desmascara o resto: COVID-19 e o enfrentamento à fome no Brasil. 2020.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. Metodologia de estudo e de pesquisa em administração. Florianópolis: **Departamento de Ciências da Administração/UFSC**, p. 129-149, 2009.

GÖTTEMS, L. B., et al. Trajetória da política de atenção básica à saúde no Distrito Federal, Brasil (1960 a 2007): análise a partir do marco teórico do neo-institucionalismo histórico. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 6, p. 1409-1419, jun. 2009.

LASWELL, H. D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland: Meridian Books, 1936.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul/dez 2006.